



Estado do Rio Grande do Norte  
Município de Pau dos Ferros  
Câmara Municipal de Pau dos Ferros  
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato

REQUERIMENTO Nº 002/21.

Pau dos Ferros, 01 de março de 2021


Exma. Sra.

Presidente da Câmara Municipal de Pau dos Ferros-RN.

**EMENTA:** Realização, pela Câmara Municipal de Pau dos Ferros - RN, de AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DA IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA PAU DOS FERROS E O ALTO OESTE POTIGUAR.

A Vereadora Josefa Aldaceia Chagas de Oliveira, abaixo subscrita, submete à apreciação da Douta Mesa, para que seja discutida e submetida ao esclarecido Plenário, a seguinte proposição:

Realização, pela Câmara Municipal de Pau dos Ferros - RN, de AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DA IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA PAU DOS FERROS E O ALTO OESTE POTIGUAR.

  
JOSEFA ALDACÉIA CHAGAS DE OLIVEIRA  
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS	
19ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA	
2ª SESSÃO ORDINÁRIA	
APROVADO	<input checked="" type="checkbox"/> REPROVADO <input type="checkbox"/>
PAU DOS FERROS-RN <u>03,03,2021</u>	
	
Francisca Itacira Aires Nunes Presidente	

CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS-RN	
RECEBIDO EM:	<u>01,03,2021</u>
HORA:	<u>09:34</u>
	
NATÁLIA MARIA DO VALE CHAVES Técnico Legislativo	



**Estado do Rio Grande do Norte  
Município de Pau dos Ferros  
Câmara Municipal de Pau dos Ferros  
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

**JUSTIFICATIVA:**

A trajetória do Estado brasileiro é fortemente marcada pela postura intervencionista em relação ao território. Desde o início do período republicano, o Estado preocupou-se em forjar a unidade territorial e em concomitância, dotar o território de infraestrutura necessária à ascensão econômica do país. “Nesse rumo, diversas políticas territoriais foram implantadas, perseguindo a ocupação do espaço, através da colonização, construção de infraestrutura para modernização do território e a viabilização da integração nacional, formulando planos nacionais de desenvolvimento com enfoque regional”.

O Estado Brasileiro carrega uma trajetória, fortemente, caracterizada por uma postura intervencionista no que tange ao território. É sabido que desde o início do período republicano que o Estado vem se preocupando em forjar a unidade territorial e, em consonância, dotar o território de infraestrutura necessária à ascensão econômica do país. Nesse horizonte, foram implantadas diversas políticas territoriais, perspectivando-se a ocupação de espaço, mediante a colonização, a construção de infraestrutura para a modernização do território e a viabilização da integração nacional, formulando-se planos nacionais de desenvolvimento com enfoque regional.

À medida que se incorporou, no âmbito das políticas de planejamento do Estado, o conceito de território, torna-se inegável que se potencializou o uso e apropriação, pela sociedade civil organizada, a qual, muitas vezes, re-significa o conceito através de suas próprias práticas, devido ao significado social e político que lhes é atribuído.

A noção de território vincula-se a outro modo de empreender a política territorial, ligada a uma reclamação horizontal entre Estado e Sociedade Civil. O território passa a ser visto como uma instrumentalidade/estratégia necessária para viabilizar o desenvolvimento de um país, de uma região, de um estado e de um município.

Uma estratégia de desenvolvimento territorial foi implementada no Brasil, desde o ano de 2003, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). A implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), enquanto instrumento basilar da política de



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Município de Pau dos Ferros**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

desenvolvimento com enfoque territorial. Este programa segue uma perspectiva antagônica às práticas governamentais, historicamente, caracterizadas como autoritárias e centralizadas.

A inserção da dimensão territorial ao conceito de desenvolvimento está relacionada a basicamente três argumentos: a) renúncia à ação verticalizada do poder público, que passa a estimular a descentralização e participação social no processo de elaboração e gestão das políticas públicas; b) perspectiva híbrida do desenvolvimento entre as dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional, em contraposição a abordagens setoriais que acabavam excluindo as parcelas historicamente negligenciadas na sociedade brasileira; c) valorização das raízes histórico-geográficas do território, das redes sociais e de solidariedade, enquanto processos endógenos de desenvolvimento.

Os planos governamentais devem pressupor que o desenvolvimento territorial seja uma estratégia para viabilizar a ascensão dos grupos historicamente excluídos, numa visão integradora do espaço, da sociedade, mercados e políticas públicas, tendo ainda na equidade, no respeito à diversidade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas, garantindo, assim, o encaminhamento das estratégias de Política do Desenvolvimento Territorial para Pau dos Ferros e o Alto Oeste Potiguar.

**Sala das Sessões da Câmara Municipal de Pau dos Ferros-RN, XX de XXXXXX de 2021.**



**JOSEFA ALDACÉIA CHAGAS DE OLIVEIRA**

**Vereador**